



# Anais da Assembléia

Nº 169

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kleise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérides H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 121.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1995**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e José Tavares.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação com chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A chamada atingiu o número regimental.

Em discussão a Ata. Em votação. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Emendas:**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 463/95**

Art. 1º - Fica revogada a Lei Estadual nº 9.342, de 19 de julho de 1990, que criou o Município de Pontal do Paraná, com área desmembrada do Município de Paranaçuá, bem como a Resolução nº 03, de 10 de julho de 1995, que autorizou a realização de plebiscito naquela área".

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

Apoiamento: Irineu Colombo, Péricles Mello e Doutor Rosinha.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa sanar o processo envolvendo a criação do Município de Pontal do Paraná, a ser desmembrado de Paranaçuá, sobretudo relevando que a matéria se encontra "sub judice". Dessa forma, esse objetivo só será alcançado através do reinício regular e legal do processo, definindo-se de maneira correta quais as áreas a serem desmembradas e que comporão o novo município.

**EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 056/95**

O artigo 1º do Projeto de Resolução nº 056/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, fica acrescido de parágrafo único com o seguinte conteúdo:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - A consulta, mediante plebiscito, de que trata esta resolução, será efetuada às populações diretamente interessadas, compreendendo o município de origem e os distritos a serem desmembrados, nos termos do que prescreve o parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal".

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(a) EMERSON NERONE

Apoiamento: Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles Mello.

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

vem através deste, indicar 05 membros para compor uma Comissão para apreciar a Proposição n° 084/94 - Proposta de Emenda à Constituição Estadual.

Membros: José Tavares  
Antonio Annibelli  
Nelson Garcia  
Valdir Rossoni  
Marquinhos Alves

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 3628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação do Projeto de Lei n° 463/95, item 05, da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

##### REQUERIMENTO N° 3630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.11.95

(a) JOSÉ TAVARES

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 516/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Intermunicipal de Saúde, com sede e foro na Comarca de Pato Branco-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

##### JUSTIFICATIVA:

A Associação Intermunicipal de Saúde tem como principal objetivo gerir os assuntos da área de saúde de interesse comum dos municípios.

Terá também como atribuições a função de assegurar a prestação de serviços de saúde de segunda linha à população dos municípios associados, além de controle,

acompanhamentos e avaliação dos serviços de saúde prestados à população regional.

##### PROJETO DE LEI N° 517/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação da Casa Familiar Rural, com sede e foro na Comarca de Pato Branco-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

##### JUSTIFICATIVA:

A Associação da Casa Familiar Rural de Pato Branco, terá o importante papel de fornecer às famílias de agricultores, a possibilidade de exercer seus direitos e assumir suas responsabilidades, notadamente no que diz respeito à educação, além de assegurar a realização de todas as atividades que tenham caráter educacional, familiar e social.

##### PROJETO DE LEI N° 518/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Manfrinópolis, desmembrado do Município de Salgado Filho, com os seguintes limites e confrontações:

"Ao Norte: Confronta-se com o Município de Pinhal de São Bento. Partindo da foz do Lageado do Tamandaré no Rio Sarandi na divisa das Glebas 05-BA e 10-BA; segue-se a montante do Lageado do Tamandaré até sua nascente na Serra do Capanema, acompanhando o alto desta Serra, em direção Leste, até encontrar a cumiada da Serra 15 de Novembro.

"Ao Leste: Confronta-se com o Município de Francisco Beltrão. Do ponto de convergência das Serras do Capanema e 15 de Novembro, segue pela cumiada desta última em direção Sul até encontrarmos o marco que divide os lotes n°s 20 e 22 da Gleba 14-NP, na divisa dos Municípios de Flor da Serra do Sul e Francisco Beltrão.

"Ao Sul: Confronta-se com o Município de Flor da Serra do Sul. Do marco que divide os Lotes n°s 20 e 22 da Gleba 14-NP, segue em direção Oeste, por uma linha seca que divide os Lotes n°s 22, 21, 44, dos Lotes 20 e 18 todos da Gleba 14-NP, até encontrarmos uma sanga afluente do Rio Encantilhado. Deste marco, segue por outra linha seca e reta que divide os Lotes n°s 58 e 57, dos Lotes n°s 48, 49 e 56, todos do Polígono "B" e pertencentes ao Imóvel Fazenda Separação, até encontrarmos um

marco que delimita os Lotes n°s 55, 56 e 57 do Polígono "B". Deste marco segue, por uma linha seca e reta que divide o Lote n° 55 do Lote n° 56 do Polígono "B", até encontrar a nascente de uma sanga sem denominação, afluente do Rio Encantilhado, no marco que divide os Lotes n°s 55 e 52 do Polígono "B", do Imóvel Fazenda Separação. A partir deste marco, segue a jusante desta sanga dividindo os Lotes n°s 55 e 54 do Polígono "B" e n° 53 da Gleba 17-BA; dos Lotes n°s 52 e 53 do Polígono "B" e 52, 49, 48 e 46 da Gleba 17-BA, até a foz da referida sanga do Rio Encantilhado. Deste ponto segue a jusante do Rio Encantilhado, dividindo as Glebas 13-BA e 11-BA; da Gleba 17-BA, todas do Imóvel Missões, até sua foz no Rio Sarandi. Deste ponto segue a jusante do Rio Sarandi dividindo as Glebas n°s 11-BA, 08-BA, 09-BA e 10-BA; das Glebas 12-BA, 14-BA, 07-BA e 05-BA todas pertencentes ao Imóvel Missões, até encontrar a foz do Lageado Tamandaré no Rio Sarandi, que foi o ponto de partida para a descrição deste período."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.95

(a) ANIBAL KHURY

#### PROJETO DE LEI N° 519/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de Rodovia Francisco Laranjeira Villar a atual Rodovia que faz a ligação entre o Município de Colorado à Usina de Taquaruçu, passando pelo Município de Itaguajé.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Francisco Laranjeira Villar chegou a Itaguajé no ano de 1954, sendo um dos primeiros comerciantes a estabelecer-se, quando Itaguajé ainda chamava "Lupionzinho".

Em 1965, elegeu-se Vereador pela primeira vez, sendo eleito Prefeito na época o saudoso Doutor Hélio Gondim Borges.

Naquele tempo, para ir de Itaguajé a Colorado, existia apenas a estrada da serpinha, passando por Imbiaçaba e, com isso, além de dar uma grande volta, a estrada estava sempre em péssimas condições. Face a isto, o anseio da população não só de Itaguajé como da região, era a construção de uma estrada que, além de encurtar a distância, oferecesse melhores condições

de tráfego.

Em 1968, o Doutor Hélio Gondim Borges, então Prefeito Municipal, iniciou as obras de abertura da tão sonhada e atual estrada, mas devido à resistência de proprietários rurais, a obra foi interrompida.

Com a licença do Doutor Hélio do cargo de Prefeito Municipal, e como não existia vice-Prefeito, o Senhor Francisco Laranjeira Villar, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, assumiu a Prefeitura. Um dos seus primeiros atos: munuiu-se de ferramentas e colocou os maquinários disponíveis na empreitada, e ele próprio à frente dos trabalhos, venceu todas as resistências e construiu a atual estrada em tempo recorde, sendo hoje, após a pavimentação, uma das mais importantes estradas estaduais do Estado, principalmente no escoamento de mercadorias que demandam do Mato Grosso do Sul e outros Estados, rumo ao Porto de Paranaguá.

Em 1969 reelegeu-se Vereador com expressiva votação e teve seu trabalho sempre dedicado a bem-estar do município e de sua comunidade.

Pelo que este cidadão representou à Itaguajé, cremos ser um ato de justiça dar seu nome à rodovia que ele próprio, com todos os méritos e sacrifícios, construiu e que hoje é uma importante realidade e que o povo saberá com certeza agradecer.

#### PROJETO DE LEI N° 520/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída aos funcionários públicos lotados na Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP/SEPL e aos funcionários lotados na Coordenadoria de Administração Financeira - CAFE/SEFA, a gratificação de responsabilidade orçamentária-financeira, no valor de 170% (cento e setenta por cento) dos vencimentos básicos.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Os funcionários da Coordenadoria de Orçamento e Programação - COP, da Secretaria de Estado do Planejamento e os funcionários da Coordenadoria de Administração Financeira - CAFE, da Secretaria de Estado da Fazenda, continuam recebendo salários muito aquém dos compatíveis com o grau de responsabilidade de suas funções. O próprio Governo Federal já instituiu uma gratificação aos funcionários da área de orçamento e finanças, por reconhecer o grau de importância, complexidade, carga

de trabalho, bem como os baixos salários recebidos por esses grupos (Medida Provisória nº 804, de 30.12.94, em anexo). Assim sendo, seria uma Gratificação de Responsabilidade Orçamentário-Financeira aos funcionários dessas Coordenadorias. Esta gratificação, além de estancar o processo de esvaziamento destes quadros, evitará a sobrecarga para os que ficam, inclusive com trabalhos extraordinários não reconhecidos. É importante ressaltar que mesmo com o quadro de funcionários reduzido, estas Coordenadorias têm respeitado rigorosamente o calendário constitucional.

Essas Coordenadorias obedecem a uma carga de trabalho até mesmo em datas em que outras áreas governamentais já estejam parando suas atividades, como é o caso da véspera de Natal e Ano Novo. Neste período essas equipes trabalham além do expediente normal, com a finalidade de encerrar o exercício orçamentário financeiro e abrir o exercício seguinte.

No exercício do ano, são efetuados os trabalhos de abertura do novo orçamento e programação financeira, bem como o encerramento de exercício recém findo, além das atividades normais, essas Coordenadorias realizam o planejamento para a Proposta Orçamentária do próximo exercício, com a elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o seu acompanhamento em todas as fases do processo legislativo, bem como a elaboração do Balanço Geral do Estado e Relatório de Execução Físico-Financeiro relativos ao exercício anterior, além da permanente atualização da programação de desembolso financeiro para os vários programas governamentais durante o exercício e atualizações orçamentárias pertinentes. Atuam também na elaboração do Plano Plurianual, prestando permanente assessoramento aos órgãos, participando rotineiramente de reuniões e de grupos de trabalho.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as Coordenadorias iniciam o processo que permitirá a elaboração das propostas orçamentárias-financeiras setoriais. Com a compatibilização das propostas às prioridades da ação governamental e à estimativa orçamentária-financeira do Tesouro Estadual, as Coordenadorias elaboram o Anteprojeto de Lei Orçamentária Anual e o seu acompanhamento na Casa Legislativa. Neste Anteprojeto, em função de exigência constitucional, é apresentada a programação de obras regionalizadas e individualizadas, que exigem um esforço técnico muito grande por parte dessas equipes.

Durante o exercício as Coordenadorias procedem sistematicamente as correções nos orçamentos, visando trazê-los ao valor presente.

Existe o processo de elaboração das programações orçamentária-financeiras, estabelecendo os limites de capacidade de empenho e o desenvolvimento financeiro para cada órgão da administração pública, através da hierarquização das prioridades diante dos recursos do tesouro disponíveis, ou as reprogramações para complementações de recursos não previstos. A prática da programação orçamentária-financeira consolida o processo programático do Estado, mas exige dos técnicos dessas Coordenadorias a presteza e eficiência no fornecimento das informações, tendo em vista o caráter de urgência e segurança com que os fatos devem ocorrer.

Em todo o processo de execução orçamentária-financeira são necessárias alterações no orçamento, através de Portarias, Resoluções e da proposição de Decretos e Anteprojeto de Lei, bem como o assessoramento técnico a todos os órgãos da administração pública estadual e a emissão de pareceres técnicos a todos os processos que transitam nas referidas Coordenadorias.

Estes são os principais, mas não todos os trabalhos desenvolvidos por uma equipe que devido a demanda de trabalho, não consegue participar de treinamentos e aperfeiçoamentos em sua área de atuação.

Nessas Coordenadorias é difícil manter os técnicos que ali ingressam, em virtude da excessiva carga de trabalho e a reduzida contra-partida financeira.

A gratificação para os funcionários dessas Coordenadorias amenizaria um problema já considerado de subsistência.

#### PROJETO DE LEI Nº 521/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Brasil Paraná de Cristo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.11.95

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A trajetória de vida do Sr. Brasil Paraná de Cristo tem sido pautada pela honradez, dignidade e competência no desempenho das atribuições que até hoje lhe foram confiadas.

Atualmente, como presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, vem atuando com expressiva liderança neste setor através de gestões de melhorias para toda esta importante classe do país.

O Curriculum Vitae do referido senhor,

em anexo a este projeto, vem relatar de maneira mais específica os importantes passos e a sua expressão no âmbito do Estado do Paraná.

Solicitamos aos nobres Parlamentares desta Casa o seu importante apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a esta tribuna para pedir o apoio dos Senhores para uma listagem que vamos passar, que pede a ratificação da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, sob a seguinte alegação:

Considerando a generalização em nosso País, da odiosa exploração do trabalho infantil, que segundo o IBGE já atinge 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos, que tenha assim comprometida a sua saúde e a sua educação, portanto, o seu futuro.

Considerando os estudos que apontam tratar-se de fenômenos ligados à pressão anti-social, pelo rebaixamento do custo do trabalho em todos os ramos da economia, a ponto de, segundo a Organização Internacional do Trabalho, ser difícil de encontrar no Brasil uma mercadoria na cadeia produtiva que não tenha a mão de uma criança.

Considerando ainda a inaceitável correlação entre o crescimento do número de crianças que trabalham com o aumento do número de adultos desempregados, fato que leva a desagregação social.

Senhores Deputados, peço a vossa atenção para que possamos, com essas assinaturas, manifestar o nosso apoio a um problema grave que está tendo não só no Brasil como a nível mundial que é a crescente exploração do trabalho infantil.

A nossa legislação proíbe trabalho com crianças com menos de 14 anos de idade, porém, a exceção é feita às crianças acima de 12 anos para os trabalhos ligados à atividade educacional como estágio ou ainda serviços como escoras para a aprendizagem.

Segundo o IBGE 3,5 milhões de crianças entre 10 e 14 anos, cinco por cento da folha de trabalho comprovam no Brasil a generalização da exploração de crianças, são crianças trabalhando no campo, na indústria, nos serviços numa proporção tal que levou o Senhor José Carlos, Diretor da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, a afirmar que é difícil de encontrar uma mercadoria aqui no nosso País que não tenha a mão de criança.

O capital para obter o máximo de lucro vê cada vez mais sem atrativo na explora-

ção do trabalho infantil ao salário mínimo.

São crianças muitas vezes com menos de 10 anos de idade que ingressam no mercado de trabalho, comprometendo definitivamente o seu desenvolvimento físico, psicológico e educacional até mesmo o Presidente da República, em recente explanação no rádio e na televisão, está empenhado, e já tem uma vinheta na televisão combatendo a exploração do trabalho infantil. Aqui no Paraná estamos desenvolvendo um trabalho junto ao Comitê Preparatório ao Tribunal Internacional Independente, contra o trabalho infantil que se realizará no ano que vem, no mês de março, no México.

Para este Seminário já foi enviado convite para este Deputado e ao Deputado Durval Amaral, para que participemos daquele encontro internacional contra o trabalho infantil.

Queremos recomeçar essa discussão, Senhores Deputados, revelando que nós no Paraná, segundo os dados do IBGE e da FETAEP, temos em torno de cento e cinquenta mil crianças sendo exploradas no trabalho, sem carteira assinada e sem qualquer benefício previdenciário ou amparo legal.

Comprometendo a saúde e principalmente a educação, o lema que nós estamos levando para esta Campanha, para este trabalho é que, lugar de criança é na escola, tanto é que queremos apoio de cada um dos Senhores Deputados e desta Assembléia Legislativa, dirigindo-se ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, no sentido de imediata ratificação pelo Brasil da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho de 1973, que estabelece notadamente que, idade mínima de admissão a todo tipo de emprego e trabalho não deverá ser inferior à idade mínima, insucesso e obrigação escolar, porque queremos tirar as crianças da rua, queremos que o trabalho da criança seja condicionado acima de tudo à questão educacional. E lugar de criança não é na rua, não é no trabalho forçado que lhe dá problemas de saúde, que dá problemas sérios, psicológicos e condicionamentos sociológicos prejudiciais, que lugar de criança de fato é estar na escola, educação para todas as crianças do Brasil, sem o trabalho, sem exploração do trabalho.

Esse é o pedido que faço aos Senhores Deputados. Em seguida, estarei passando esta lista pedindo apoio a todos os Senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores, destacando a presença dos funcio-



nários do SUS e do Professor Mário Sérgio, Presidente da APP Sindicato, nesta tarde de hoje aqui na Assembléia Legislativa.

Senhores Deputados, o que me traz a tribuna nesta tarde é preocupação com as mudanças que vão acontecer na Secretaria de Educação com relação à contratação de professores. Se por um lado apoiamos algumas dessas mudanças, elogiamos algumas reformas que estão sendo implementadas pelo Secretário, nos causa uma extrema preocupação o reinício das aulas do ano que vem, que poderá simplesmente atrasar, trazendo graves prejuízos às crianças que estudam na Rede Estadual de Ensino. Isto, por dois motivos.

O primeiro é que os professores celetistas não serão recontratados, e por mais eficiente e mais ágil que seja o concurso realizado no Estado, não vai dar tempo dos professores concursados estarem em sala de aula, já no início do ano que vem, trazendo sem dúvida, sérios problemas para os estudantes da escola pública.

O outro problema, inclusive votaremos emenda do PT nesse sentido, diz respeito ao salário dos professores contratados num concurso público.

Um professor celetista hoje, apesar das injustiças que sofrem, na medida em que recebe salário apenas nove meses por ano, tem que fazer novo concurso a cada ano. Mesmo assim, ganhando mal como ganha, ele ainda ganha melhor que o professor que passa no concurso público.

O salário do professor celetista hoje de trezentos e um reais e sete centavos, mais dezesseis por cento referente ao descanso semanal, enquanto o salário do professor início de carreira que é aprovado em concurso cai para duzentos e seis reais e quarenta e oito centavos.

Então, são dois problemas graves, os dois acarretando prejuízos para a escola pública e para os estudantes a partir do ano que vem.

Ora, temos duas propostas para resolver esse problema.

A primeira, é tentarmos fazer uma negociação com o Secretário da Educação e, inclusive com o Tribunal de Contas, para que ele possa prorrogar o contrato dos professores CLT até março do ano que vem, evitando qualquer transtorno, à medida que os professores concursados vêm sendo contratados, vão se integrando à escola, o que demora um certo tempo, até março, os professores celetistas então perderão o seu emprego a partir de março, e não trará nenhum transtorno, isso para a rede pública, não trará prejuízo ao Governo também, porque tem sido normal que o Poder Judiciário dê ganho de causa aos professores celetistas quando esses entram com ação na justiça do trabalho, pedindo que se pague

a eles os seus direitos de férias e outros direitos.

Então, não haverá prejuízo porque tem sido normal e comum que esses professores já ganhem no Judiciário esses seus direitos. Portanto, não trará prejuízo ao Estado e ao mesmo tempo permitirá que tenha uma solução de continuidade os estudos às crianças que participam da nossa rede escolar. Esse primeiro problema será resolvido dessa forma.

Então, estamos propondo através da Comissão de Educação, a qual presido, uma reunião com o Secretário e com o Presidente do Tribunal de Contas, para que cheguemos a um consenso em benefício da população do nosso Estado do Paraná.

O segundo problema, é o que diz respeito aos salários, porque não temos dúvida que com esse salário ridículo de 206 reais, apesar de o Governo estar abrindo, e respeitamos e apoiamos isso, o que também a APP e os professores defendem a sua estabilidade através do concurso público, apesar de o Governo estar abrindo 10.810 vagas, na medida em que existem vinte e três mil professores celetistas, vai faltar professor nas escolas mesmo com esse concurso, mas o mais grave é que essas vagas provavelmente não serão preenchidas, apesar de abertas, porque os professores não vão querer diminuir o seu salário de 301 reais, mais 16% de descanso semanal, para 206 reais.

Então, é uma coisa até pequena, como é que um professor celetista pode ganhar mais que um professor que passou num concurso público, isso é um absurdo. Não sei se em outro Estado da Federação acontece um absurdo desse como acontece no Paraná. O normal é que um professor via concurso ganhe mais do que um celetista. No Paraná acontece o contrário.

Bom, o que o Governo pretende para resolver esse problema? Ele mandou uma Mensagem à Assembléia, transformando dez mil cargos PC-3 com salário de 206 reais, para oito mil e setecentos cargos PD-4 com salário de 237 reais, ou seja, o Governo está aumentando um pouco o salário dos professores concursados, de 206 para 237. Não resolve, o aumento é muito pequeno, porque celetista, repito, ganha à média de 348, 350 reais por mês e teria então a diminuição do seu salário.

Por isso, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos apresentando uma emenda que será votada hoje, fazendo com que todo o professor concursado passe a receber salário pela sua maior habilitação, ou seja, se o professor concursado tem licenciatura plena, ele vai entrar recebendo pela maior habilitação um salário equivalente ao professor celetista, para que não haja problema na realização desse

concurso e que realmente os objetivos, tanto da Secretaria, como da APP, dos professores se realize, que todos os professores do Paraná tenham um quadro de carreira e sejam concursados.

Infelizmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Comissão de Justiça e Redação, atuando de forma muito legalista ao meu gosto, deu parecer contrário à emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas queremos fazer um apelo aos Senhores Deputados, que coloquem a mão na consciência e o Governo Executivo também, porque se essa emenda for aprovada, mais a negociação que queremos fazer com o Tribunal de Contas e com o Executivo, teremos solucionado de uma vez por todas a problemática do reinício das aulas, até que a Comissão da qual fazemos parte resolva outras questões mais graves, como é o caso do piso do magistério e um salário mais digno para os professores, para que se resolva de uma vez por todas a grave crise por que passa a escola pública no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Grande Expediente.

Não há oradores inscritos.

Horário das Lideranças. PSC. PTB. PDT. PSDB. PFL. PPR. PMDB. PT. Liderança do Governo.

(Declinam)

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O SR. EDGARD BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só quero destacar aqui a presença do Reitor da UNIOESTE, os alunos: Vivian, Valéria, Alexandre e Edmilson, que nos prestigiam hoje, aqui, que vêm fazer o agradecimento também pelo apoio que têm recebido de todos os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com referência a consolidação dos cursos da UNIOESTE.

Estamos caminhando bem, Presidente, consolidando aquilo que é um desejo da população do Oeste do Paraná e com certeza absoluta para o próximo ano teremos lá estes dois cursos tão desejados pela população do Oeste do Paraná.

Muito obrigado pelas suas presenças e obrigado pelo prestigiamento dos Deputados que tanto têm nos apoiado nesta questão.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei nº 056/95, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, com apoio dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles Mello, constante do expediente. Não recebida pela

Mesa.

Emenda ao Projeto de Lei nº 463/95, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni e Emerson Nerone, com apoio dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Péricles Mello e Doutor Rosinha, constante do expediente. Não recebida pela Mesa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Anibal Khury, na qualidade de Presidente desta Casa, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão para apreciar a Proposição nº 084/94 - Proposta de Emenda à Constituição Estadual. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 463/95, item 05 da presente Ordem do Dia. Aprovado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente para fazer o esclarecimento aos Srs. Deputados.

Ontem estivemos em Brasília, numa audiência com o Ministro da Educação, onde compareceram vários Deputados da Bancada Federal, esteve presente o José Albanor, o José Maria. E eu, numa audiência com o Ministro da Educação no que diz respeito ao problema do Hospital das Clínicas.

Todos vocês sabem que o Hospital das Clínicas é um dos quatro grandes hospitais tem cinco hospitais públicos no País, mantidos pelo Ministério de Educação. O de São Paulo, o de Belo Horizonte, o de Recife, o de Porto Alegre e o de Curitiba. O único que não tem os funcionários pagos pelo Ministério de Educação é o de Curitiba.

Para vocês terem uma idéia o Hospital das Clínicas de São Paulo tem vinte mil funcionários e o Hospital das Clínicas de Curitiba tem três mil e quinhentos, sendo que os procedimentos hospitalares do Hospital das Clínicas correspondem à meta-



de o que o Hospital das Clínicas de São Paulo com vinte mil funcionários produz.

Neste sentido, diante da possibilidade imediata do Hospital das Clínicas ter que fechar suas portas por falta de recursos, haja vista que a tabela está congelada desde junho do ano passado e com esse procedimento, com essa carga enorme que a própria fundação, Hospital das Clínicas tem que tirar recursos para pagar dois mil, trezentos e cinquenta funcionários.

Nessa audiência com o Ministro de Educação, acho que ficou apontado um caminho para uma solução definitiva do problema do Hospital das Clínicas do Estado do Paraná.

No ano que vem, no mês de janeiro, durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, o Ministro se comprometeu em entabular conversa com o Ministro Bresser Pereira para a abertura de vagas de concurso público na ordem de mil e setecentas, de nível médio, para resolver de forma definitiva o enquadramento desses funcionários como funcionários do Ministério da Educação, o que representa para nós uma vitória do ponto de vista de trazer condições e que o Hospital das Clínicas possa continuar atendendo na área de saúde o povo de Curitiba, do Paraná e da Região Sul do País.

Então é esse o esclarecimento que eu trago. Acho que foi muito bom o resultado da audiência que tivemos com o Ministro da Educação.

Obrigado, Sr. Presidente.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

#### ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 463/95 de autoria do Deputado Algaci Túlio que revoga a Lei n° 9.342 de julho de 1.990. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

A Mesa se considera prejudicada. Primeiro, porque a revogação da Lei Estadual 4.342, já está no projeto de autoria do Deputado Algaci Túlio. Quanto a segunda parte, revoga a Resolução 03 de 10.07.95 também não cabe a Emenda porque é um Projeto de Lei e teria que ser apresentado como Emenda, há o Projeto de Resolução.

Projeto de Lei n° 463/95. **Aprovado, artigo por artigo.** Com voto contrário da Bancada do PT e do Deputado Romanelli.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 430/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 058/95 que autoriza o Poder Executivo a Contratar Operações de Crédito Externo até o valor de US\$ 332.000.000,00

(trezentos e trinta e dois milhões de dólares norte-Americanos) para a implantação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e melhorias de Infra-estrutura Municipal - Paraná Urbano. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. AS EMENDAS N° 1 E N° 4 E CONTRÁRIO AS DE N° 2 E N° 3.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 430/95

##### PARECER:

O projeto de lei n° 430/95, de autoria do Poder Executivo, recebeu quatro emendas de Plenário.

EMENDA N° 02 - Autor: Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Tendo em vista as recomendações, quando da redação do projeto de lei, feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelos agentes financeiros, somos de parecer contrário a presente emenda que objetiva a retirar a expressão bem como oferecer ativos reais do art. 3° da proposição.

EMENDA N° 03 - Autor: Deputado Cezar Silvestri.

A mesma justificativa encontramos para dar parecer contrário a emenda n° 03.

EMENDAS N° 01 e 04 - Autores: Deputados Caíto Quintana, Albanor Gomes e José Maria Ferreira.

Somos favoráveis às duas emendas acima citadas, mas acolhemos a n° 04, por estar mais completa.

Sala das Comissões, em 27.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Antonio Anibelli, José Tavares, Rossoni, Luiz Cláudio Romanelli (Voto contrário), Toti Colaço, Élio Rusch, Walmor Trentini e Nelson Tureck.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:-

A Assembléia vota hoje, em 2.<sup>a</sup> Discussão, os projetos de lei autorizatórios de empréstimo externo, solicitados pelo Estado do Paraná.

Queremos dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na verdade muitas dúvidas nos assaltam a respeito da autorização desta Casa, pela seguinte idéia: são conjuntos de autorizações de empréstimos que chegam a quase um bilhão de dólares.

Considerando que o Estado do Paraná, em toda sua existência, entre dívida externa e interna possui uma dívida de, aproximadamente um milhão e quinhentos mil dólares estamos, numa tacada, autorizando empréstimos que duplicam a dívida externa do Paraná. Mas acreditamos ser também res-

ponsabilidade dos governantes a condução dos destinos do nosso Estado.

Quero chamar a atenção, neste Projeto 430/95, preliminarmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma Emenda que apresentamos e acreditamos ser absolutamente necessária. O Projeto consta de 332 milhões de dólares americanos, para a implantação de um projeto de desenvolvimento urbano e melhorias da estrutura municipal no Paraná. Um programa chamado Paraná Urbano, dos quais 249 milhões de dólares serão contratados junto ao BID, e 83 milhões de dólares americanos junto a um banco japonês, Forces Economic Corporation Found of Japan.

Tivemos discussão, Sr. Presidente, com o Secretário de Planejamento, e confesso que não ficou claro, na oportunidade, o empréstimo ao banco japonês, até porque todos os cálculos que fizemos, percebe-se, ou têm-se a nítida impressão que o empréstimo do banco japonês é exatamente para contrapartida do empréstimo do BID, porque atinge, exatamente, o percentual de contrapartida do Governo.

Não fosse só a nossa dúvida, percebe-se no Art. 5º desse projeto, que diz: "Os recursos oriundos do BID, bem como o resultado de sua aplicação e retorno integraram o Fundo Nacional de Desenvolvimento, FDU". Ora, se o Art. 1º do Projeto diz que junto ao BID é feito um empréstimo na ordem de 249 milhões de dólares e mais um empréstimo do banco japonês de 83 milhões de dólares, no mesmo projeto, no Art. 5º, diz que para o FDU vai o recurso do BID. Então pergunta-se, para onde vai o recurso do banco Japonês, dos 83 milhões?

Então, apresentamos uma Emenda colocando os recursos do banco japonês também, tão logo liberados, num prazo de 48 horas, devam ser alocados no FDU, para um programa de desenvolvimento urbano dos municípios do Estado do Paraná. E na nossa Emenda, inclusive chamo a atenção do Deputado Algaci Túlio, líder do Governo, ficou em aberto o parágrafo único do Art. 5º, que não foi mexido e nele também fala sobre o BID. Nós estávamos com uma emenda complementar para apresentar em 2ª Discussão, mas analisando as emendas apresentadas, há uma emenda do Deputado José Maria Ferreira e a emenda do Deputado José Maria Ferreira corrige o § 1º do Art. V, portanto eu acho que com isso a gente acaba colocando no FDU esses recursos.

Temos a Resolução do Senado e é importante que se diga isso nessas horas, porque muitas e muitas vezes percebe-se pela imprensa declarações da área de governo, sobre programas, investimentos, obras e dá-se a impressão que o Paraná está começando nesse instante, prezados senhores e aqui mesmo nessa Casa ouve-se muitas e

muitas vezes debitar as mazelas do Estado do Paraná aos partidos que governaram o Paraná após 64 e os partidos que governaram, foi através do PMDB, iniciando com o pai do nosso Deputado Beto Richa, José Richa, passando pelo Álvaro Dias e Pelo Requião.

Antes de 64 o Paraná também teve a sua vida com outros governantes, se hoje o governo do Estado do Paraná tem condições de obedecendo à resolução do Senado que fixa limites máximos de endividamento de um Estado, deve-se aos governos sérios, competentes e equilibrados que o nosso partido colocou no Estado do Paraná.

Essa possibilidade do atual governo de proceder financiamentos externos, de o Paraná ser modelo do Banco Mundial, modelo na aplicação de recursos como o Paraná Rural, modelo de empresas públicas como a SANEPAR que presta assessoria aos países da América Latina, modelo em aplicações de uma série de programas desenvolvidos, nós devemos o perfeito cuidado na aplicação de recursos.

Nossa bancada não vai tomar posição fechada na negativa de autorização de empréstimos ao Governo do Estado, até porque quem vai definir a possibilidade de prestar aval ou não ao Estado do Paraná é o governo federal, através do Banco Central e através de autorização do Senado da República, mas temos algumas indagações e queremos reservar a nossa preocupação, para o instante que se der luz verde à efetiva realização de empréstimo, porque nesses projetos não temos dito aonde aplicarão os recursos. temos, pura e simplesmente, uma possibilidade de avaliarmos, através do orçamento de 96 e do plano plurianual, onde o governo pensa aplicar no seu governo, mas não amarra nos contratos do Banco Mundial.

Cobrar isso do governo aqui, seria antecipar os fatos, porque também conhecemos que há uma avaliação prévia desses programas, para saber se eles se enquadram nos empréstimos concedidos no governo federal, mas nos reservamos ao direito como bancada de oposição, de cobrarmos sistematicamente prioridades, temos dúvidas, por exemplo, no programa de agricultura, aonde se destina 50 milhões para pequenas e médias propriedades e quase 200 milhões para vilas rurais.

No nosso entender não se eleva prioridade dessa forma, temos nossas dúvidas quanto um projeto que tenho certeza absoluta nossa bancada não votará na sua aprovação, pelo menos na sua grande maioria, que é o projeto de saneamento ambiental, desnecessário neste instante até porque aplica mais de 50 milhões para um canal no litoral do Paraná.

Enquanto temos falta de trabalho, fal-

ta de investimento na agricultura, falta na pequena e na média empresa, não podemos nos dar ao luxo para construir um canal para instalação de iniciativa privada de marinas de luxo para os ricos do Paraná encostarem os seus barcos até a porta da sua casa.

Esses questionamentos queremos ter, por isso, venho à tribuna para ressaltar, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que embora saibamos que esta Casa não vai proceder à negativa das autorizações de empréstimo, mas deixamos aqui claro a nossa preocupação, inclusive não entrarei no assunto, Deputado Romanelli, porque eu vi V.Exa. pedir o encaminhamento e certamente irá argumentar em favor de uma emenda sua que deverá ser votada em Plenário e que indiscutivelmente terá o nosso apoio por ser da maior preocupação para o nosso Estado e para o equilíbrio futuro do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, colocamos aqui a nossa preocupação, registramos o nosso pedido de aprovação às emendas que mencionamos e queremos registrar a posição de nossa Bancada de cobrarmos prioridade na colocação dos empréstimos autorizados no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Chamaria a atenção dos Senhores Deputados, porque a questão que quero tratar é de uma emenda que apresentei e que vários Senhores Deputados também apoiaram, que assegura que os futuros governos do Paraná, não terão que utilizar as Receitas próprias, especialmente aquelas citadas no Artigo 167 da Constituição Federal.

E o que trata o Artigo 167, Deputado Zuk, é justamente da Receita do ICMS. Saibam, Senhores Deputados, que há uma inovação nesse contrato de empréstimo no aval que a União pode vir a oferecer ao Estado do Paraná. Isso não está decidido ainda, conversei com a Assessoria do Secretário de Tesouro Nacional, Murilo Portugal, e é uma inovação a vinculação da Receita do ICMS, das Receitas próprias como garantia e contragarantia ao que habitualmente faz dos contratos de empréstimo a União que é da vinculação do Fundo de Participação do Estado e do Fundo de Exportação das Receitas Federais àquelas é claro, não vinculadas.

Então, quero chamar a atenção dos Senhores Deputados que a nossa Emenda, embora a Comissão de Constituição e Justiça tenha dado parecer contrário, o parecer é eminentemente político que a Comissão deu, porque a Emenda, do ponto de vista constitucional e jurídico, tem absolutas condi-

ções de ser analisada por este Plenário. E a decisão que os Senhores Deputados farão aqui nesta tarde, vejam bem, é uma decisão que tem um caráter estritamente de ordem legal, mas que garantirá, porque se o Governo Federal, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fizer como quer fazer a reforma tributária que vai reduzir entre 25% e 30% a Receita do Estado do Paraná, seguramente nos próximos Governos, teremos dificuldades em pagar os impostos que de um bilhão que estão sendo contratados daquele um bilhão e quatrocentos milhões que o Paraná já deve, além, é claro, dos contratos de empréstimos do programa de qualidade total o PROSAM, que estão em execução e talvez o dos Senhores que no futuro no Estado do Paraná poderá faltar dinheiro para pagar até a folha de pagamento dos próximos governadores, porque a prioridade será na verdade, que estamos assinando uma nota promissória para que se vincule a Receita do ICMS nos contratos de empréstimos. Por isso, gostaria de pedir aos Senhores Deputados que apoiem a nossa emenda, porque vai ser o primeiro Estado da União a ter uma redação igual a esta que estamos dando nesse contrato de empréstimo que é uma exigência da Secretaria do Tesouro Nacional, mas que poderia ser muito melhor negociada.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente. Apenas para completar a fala do Deputado Romanelli, a dívida que o Paraná tem dá hoje um pagamento da ordem de um milésimo do que a União deve. O Paraná deve algo em torno de 0,1% do que a União deve. Esse ano, no orçamento do Estado do Paraná, é algo aproximado com um milésimo do que a União reservou para o pagamento de dívida externa. Apenas gostaria de deixar registrado para atestar aqui que esses números, - quanto ao endividamento do Estado do Paraná - são reais, e o Governo do Estado que hoje detém o poder, o PDT, está se aproveitando de um bom estado econômico deixado pelos governos na questão do endividamento. Isso tem que ser ressaltado nesse momento em que um bilhão de reais são emprestados com um voto favorável das oposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto, sem prejuízo da apreciação das emendas. Senhores Deputados que aprovam o Projeto. **Aprovado.**

A Comissão de Justiça tem preferência na proposta da Comissão de Justiça.

A Comissão de Justiça deu o seguinte parecer:

Artigo 3º - para garantia da operação de que trata, fica o Poder Executivo auto-

rizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto vincular as cotas de repartição nacional das receitas tributárias estabelecidas nos Artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias nos termos do Artigo 167, Inciso 4º todos da Constituição Federal ou outras garantias do direito privado.

A Mesa anuncia que, se for aprovado emenda na Comissão de Justiça, fica prejudicado a emenda do Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O Sr. Caíto Quintana (aparte) - Sr. Presidente, o que colocava ao Deputado Alagaci Túlio, gostaria de colocar aos Srs. Parlamentares.

A Emenda do Deputado Romanelli, o encaminhamento que estou fazendo, tem a preocupação de não autorizar que o ICMS do Estado venha a ser oferecido como garantia de pagamento. Não tenho como provar isso aqui Srs. Parlamentares, mas tenho certeza absoluta que essa imposição é do Governo Federal com relação ao Governo Estadual, que possivelmente constrangido aceite, porque o que temos ouvido, Sr. Presidente, no Governo Federal é de que a sugestão vem da Secretaria do Tesouro. Por que eles fazem isso? Lamentavelmente o Brasil tem Estados que não pagam os seus compromissos, o que não é o caso do Paraná.

Então, o Governo Federal está se cercado de tudo, se puder pegar até o IPTU das prefeituras ele quer que coloque à disposição dele para poder pagar o aval que dá, através do Banco Central para os empréstimos estaduais, mas achamos que é de alto risco o Estado do Paraná ter que colocar o seu ICMS, que hoje o próprio Governador tem dito que quase 90% está comprometido para pagamento do pessoal do Estado, e tenhamos que colocar a disposição do empréstimo do BID o ICMS do Estado do Paraná. Se estivéssemos tão mal dessa forma, que os outros recursos do Estado não fossem suficientes, quem precisa penhorar o ICMS do seu Estado para arrumar um empréstimo é porque não está em condições de fazê-lo, e estamos em condições de fazer sem a penhora do ICMS do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça conservem-se como estão.

A aprovação dessa Emenda significa a rejeição da Emenda do Deputado Romanelli.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - A aprovação dessa emenda significa, Sr. Presidente, penhorar o ICMS do Paraná.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) -

Solicito ao 1º Secretário que leia as emendas para um maior esclarecimento antes de qualquer votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda da Comissão de Constituição e Justiça já foi lida por mim.

O SR. FLORISVALDO FIER - Quando V. Exa. lê fica tão difícil de se compreender...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de Votação.

Os Deputados que aprovam a emenda da Comissão de Constituição e Justiça queiram levantar-se.

Aprovada. E rejeitada a do Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Comissão de Justiça em parecer firmado sob as Emenda 2 - já foi rejeitada. Emenda 3 - contrária. Emenda 1 e 4 - autor Deputado Caíto Quintana, Albanor Gomes e José Maria Ferreira. Comissão opina. Muito pelo contrário são favoráveis as duas Emendas acima citada, mas acolhemos a número 4, por ser a mesma mais completa.

Aprovação da Emenda nº 4.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, espero que a C.C.J. não tenha eliminado minha emenda e a do José Maria para prestigiar a emenda do Albanor, apenas por uma questão partidária. Mas sou obrigado a reconhecer que a emenda do Deputado Albanor atende a exigências da emenda minha e do Deputado José Maria, razão pela qual concordamos com a posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação à Emenda nº 4, que sendo aprovada fica prejudicada a Emenda nº 1. Aprovada.

Emenda nº 3 - autoria do Cezar Silvestri com parecer contrário da C.C.J. Aprovada.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 060/95, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (Duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento - BIRD, para financiamento de parte do Projeto Paraná 12 meses, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. emendas da C.C.J. Emendas de Plenário com Parecer contrário da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 432/95

P A R E C E R:

O Projeto de lei em tela recebeu duas emendas de plenário, sendo esta Comissão de Constituição e Justiça chamada para opinar sobre as mesmas.

**EMENDA N° 01**

Autor Deputado Orlando Pessuti

Somos de parecer contrário pois o Programa Paraná 12 meses trata, conforme a exposição de motivos em anexo, "de facilitar o acesso aos serviços básicos de habitação, saúde e educação; promover e estimular o uso mais eficiente dos recursos disponíveis nas pequenas propriedades; desenvolver sistemas de produção mais eficientes e estimular reconversão; orientar e apoiar a diversificação e a vercalização que propicie agregação de renda ao setor rural; prover habitação, infra-estrutura básica e serviços sociais as comunidades de pequenos produtores", entre outras metas e a emenda do Nobre Deputado Orlando Pessuti trata, somente, do Fundo de Equipamento Agropecuário.

Autor Deputado Luiz Claudio Romanelli  
Também recebe parecer contrário tendo em vista as recomendações feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelos agentes financeiros, quanto à redação do Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 27.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamento: Carlos Simões, Nelson Tureck, Rossoni, José Tavares, Toti Colaço, Luiz Cláudio Romanelli (voto contrário), Élio Rusch, Antonio Annibelli, Walmor Trentin.

O Sr. Péricles de Mello (Pela Ordem) - Peço a palavra, Sr. Presidente.

Questão de Ordem Sr. Presidente. Só tenho uma dúvida, a forma como o Sr. encaminha. O Senhor me desculpe, mas vem primeiro as emendas e depois os projetos, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeiro o Projeto sem prejuízo da apreciação das Emendas.

O Sr. Péricles de Mello (Pela Ordem) - Queria fazer um comentário sobre os projetos. Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria vencida.

O Sr. Péricles de Mello - Então, peço a palavra às Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2ª discussão do Projeto de Lei n° 432/95. A Emenda da C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do Projeto...

O Sr. Péricles de Mello (Pela Ordem) - Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sem prejuízo da apreciação das Emendas.

O Sr. Péricles de Mello - 432, Sr. Presidente para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, para encaminhar à votação.

O Sr. Péricles de Mello - Sr. Presidente, aproveitando o discurso do Deputado Caíto Quintana, achamos interessante porque a agricultura paranaense passa por uma série de problemas e é o único programa concreto do Governo Lerner, da pequena produção o problema do calcário. Todos os outros Programas foram suspensos, inclusive, com a postura do Presidente do BANESTADO aqui nesta Casa, contra o Programa "Panela Cheia".

E o que vai acontecer? Vamos emprestar 250 milhões de dólares empréstimo internacional, e ao invés de investir na agricultura, familiar através de crédito subsidiado, uma série de questões que poderiam ser feitos como armazéns comunitários. O governo vai fazer um programa para vídeo internacional. Queria contar apenas uma história, como tivemos o Memorial da Reforma-Agrária, junto com o Governador Jaime Lerner.

Ele demonstrou uma certa incompreensão em relação à agricultura, no processo agrícola. Ele fez uma reivindicação ao Governo sem-terra, pedindo para que em cada assentamento que fosse realizado no Paraná, 10% das terras ficassem para as Vilas Rurais para assentar bóias-frias. E se estabeleceu um debate. O que demonstra que o Governador não sabe o que está falando. Vejam bem o porquê.

Ora, se o Movimento Sem-Terra consegue uma quantidade de terra, ele vai dividir essa terra, entre os assentados. Será que algum assentado vai querer deixar de ser pequeno produtor do assentamento, para ser bóia-fria? Isso é um absurdo! Isso o Governador não consegue entender. Ele achava que podia conviver na mesma terra, Vila Rural, 5 mil metros de terra, com a distribuição equitativa de terras para os outros. É evidente que o trabalhador bóia-fria vai deixar de ser bóia-fria neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. está desviando da matéria em votação. Espero que V. Exa. se atenha ao projeto.

O Sr. Péricles de Mello - Estou me atendo a isso. Então acho que no momento que o Governo poderia pegar recursos internacionais para investir na pequena propriedade, para impedir o êxodo rural, para fazer o Programa tipo "Panela Cheia", dando dinheiro, crédito barato, com juros baixos, para o investimento no pequeno produtor, em animais, em armazéns comunitários, em máquina e equipamentos. Ele vai fazer o que Vilas Rurais, que provoca uma desocialização do trabalho, se conhece um pouco da história do bóia-fria, em Ponta Grossa, por exemplo, o bóia-fria mora na favela muitas vezes. Já tem a sua casa, o seu filho, vende sorvete ali na cidade e a sua filha é empregada doméstica numa casa vizinha. Agora ele vai ser transportado para uma cidade distante da cidade que quebra sua relação social e familiar, e é uma coisa que dificilmente vai dar certo. Só estamos levantando estas questões, para mostrar qual é o equívoco do Governo.

Agora é claro fica muito difícil a nossa posição, votar contra o empréstimo internacional. Nós votamos a favor desse empréstimo, mas com a ressalva apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação do Projeto sem prejuízo da apreciação das Emendas. Preferência da C.C.J.. Parecer favorável da CCJ.

Vou ler a Emenda da C.C.J., nº 01.

Em discussão, em votação a Emenda nº 1, com parecer favorável. Aprovada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria que V. Exa. registrasse meu voto contrário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar a Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, autor da emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que nos levou a apresentar esta emenda, decorre justamente do que veio constando já na Mensagem relativa ao Programa Paraná Urbano, onde o próprio governo propõe, no caso do "Paraná Urbano", que os recursos oriundos dos empréstimos, agora tanto do Banco Mundial quanto do Banco Japonês, por aprovação desta Casa, sejam creditados à conta do Fundo de Desenvolvimento Urbano. E evidentemente gerenciados por esse fundo.

A nossa proposição, no Projeto 432/95, é que os recursos oriundos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - o BIRD, bem como o resultado de sua aplicação e retorno. Integrarão o Fundo de Equipamento Agropecuário instituído

pela Lei 823 de 30/11/51, regulamentado pelo Decreto 3624.

A razão pela qual estamos propondo esta emenda, é que todos sabemos, que embora no Programa "Paraná 12 Meses", como bem relata o Deputado Nelson Justus em seu Parecer contrário à nossa emenda da CCJ., embora nele exista o Programa "Vila Rural", todos sabemos que o Programa "Vila Rural" vem sendo conduzido não só com recursos, mas, também, com a participação muito eficiente da Secretaria da Agricultura e de sua vinculada EMATER, bem como das demais vinculadas.

Por essa razão, entendendo que no caso do "Paraná Urbano", pretende o Governo do Estado que esses recursos fiquem alocados no Fundo de Desenvolvimento Urbano, nada mais justo, nada mais correto que no caso do "Paraná 12 Meses", que será desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, que esses recursos fiquem alocados também, à conta do Fundo de Equipamento Agropecuário, para que a Secretaria da Agricultura a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, possa ter agilidade, possa ter a necessária mobilidade na aplicação imediata e eficiente desses recursos.

Estamos pretendendo dar, com essa Emenda, o mesmo tratamento que se dá à Secretaria do Desenvolvimento Urbano dar à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Para que ela possa, ao gerenciar esses recursos, fazer com que, tanto as Vilas Rurais como o Programa de diminuição nas perdas na agricultura, como o Programa de Apoio à Pequena Propriedade Rural, a instalação das encubadoras agroindustriais, enfim, as microbacias e readequação de estradas possam ter a agilidade que terá, sem sombra de dúvida, as obras urbanas que serão feitas através do "Paraná Urbano".

Então é dado ao "Paraná 12 Meses" o mesmo tratamento que se dá ao "Paraná Urbano". Não discriminando, principalmente, um dos setores que já sofre as maiores discriminações que é o setor agropecuário. Por essa razão é que entendemos que se o governo já está dando à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, esse tratamento, eu diria, diferenciado, de dar a ela a condição de gerenciar os recursos através do Fundo de Desenvolvimento Urbano. Que nós, comprometidos somos com o setor produtivo, com o setor agropecuário, dêsemos à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento a condição de, também, gerenciar os recursos do Programa "Paraná 12 Meses" através do fundo de equipamento agropecuário.

Neste sentido peço aos Srs. Deputados que votem favoravelmente à nossa Emenda, a Emenda nº 1 de Plenário, para que possamos



tratar com igualdade e caracterizar efetivamente a prioridade que todos temos anunciado ao setor produtivo do Estado, ao setor agropecuário do Paraná.

Pego então que votem favorável à Emenda n° 1.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs.

Deputados que aprovam o parecer da Comissão de Justiça, rejeitando a Emenda n° 1, conservem-se como estão.

**Aprovada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Deputados que aprovam o parecer da Comissão de Justiça, rejeitando a emenda n° 1 queiram levantar-se.

Trinta Srs. Deputados aprovam o parecer e rejeitam a Emenda.

Srs. Deputados que aprovam a Emenda contra o Parecer da Comissão de Justiça, queiram levantar-se. Onze Srs. Deputados.

**Rejeitada a Emenda, aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.**

Emenda n° 2, também recebe parecer contrário, tendo em vista as recomendações feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Os Srs. Deputados que aprovam o parecer rejeitado a emenda n° 2, conservem-se como estão.

**Rejeitada. O Projeto irá à 3ª discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. Algaci Túlio - Matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um pouco tardia, mas vamos lá.

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda queiram levantar-se. Segunda verificação de votação. Trinta Srs. Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Onze.

**Rejeitada a Emenda.**

Passamos para o parecer contrário. Os Srs. Deputados que aprovam o parecer, rejeitando a Emenda n° 2, conservem-se como estão.

**Aprovado o Parecer, rejeitada a Emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 061/95, que autoriza o Poder Executivo

a contratar operações de crédito externo até o valor de US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) junto à "The Oversead Economic Corporation Fund Of Japan", para financiamento de parte do projeto de saneamento ambiental do Paraná, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J.. **EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 433/95

P A R E C E R:

A presente emenda do Nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli ao Projeto de Lei n° 433/95, tem por objetivo retirar a expressão bem como, oferecer ativos reais do seu art. 2°.

A redação do art. 2° é uma recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional e dos agentes financeiros internacionais, como forma de dar uma maior flexibilidade à operação de crédito.

Assim sendo nosso parecer é contrário a presente emenda.

Sala das Comissões, em 27.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON TURECK - Relator

Apoio: Carlos Simões, Nelson Tureck, José Tavares, Luiz Claudio Romanelli, Antonio Annibelli, Rossoni e Walmor Trentini.

**Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse projeto de lei que é uma Mensagem do Governador, na verdade é um projeto extremamente questionável. Em primeiro lugar, porque até hoje esta Casa não recebeu em nenhum momento quais são efetivamente as ações, os projetos e programas, obras, serviços, equipamentos que serão na verdade executados com a contratação desse empréstimo junto a uma entidade de crédito japonesa que até hoje não ficou bem claro que entidade de crédito é esta, mais do que isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o conteúdo que dá para se depreender da leitura do plano plurianual na meta do desenvolvimento sustentado, o Programa "Paraná Ambiental" e inóculou (?) as forças e claro também quero crer no saneamento existem recursos que são oriundos desse contrato de 250 milhões de dólares.

Como disse aqui o nosso Líder, Deputado Caio Quintana, talvez um dos pontos mais escabrosos é o famoso canal navegável que o governo quer construir, ao custo de 55 milhões, 468 mil, um canal navegável quer ligar Matinhos a Pontal do Sul. É claro, todo mundo deve estar se indagando,

Sr. Presidente, o que vamos fazer com o Oceano Atlântico que está logo ali na frente e que se não serve para navegação, serve para quê este canal?

Na verdade se fala que o governo quer falar em executar um canal para fazer a drenagem, é só fazer a drenagem hoje, Sr. Deputado Valdir Rossoni, do canal que já existe que faz a drenagem, justamente das águas pluviais do litoral paranaense.

Então, queria na verdade, chamar a atenção dos Srs. Deputados, porque o que temos de perfumaria nesse Programa de saneamento Ambiental do Paraná, é uma brincadeira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque é para fazer ligação nas cidades históricas com trilhas e pior do que isso, na verdade vejam só os Srs., há um Programa aqui que visa implantar sete unidades de conservação da Floresta Atlântica, custo deste programa Deputado Rosinha, dezoito milhões e quinhentos mil reais, fazer um Parque Estadual das Araucárias.

Então, querem implantar um parque numa área mínima de mil hectares, custo deste programa quinze milhões de reais. Programa para integrar o Parque, o complexo de Vila Velha do Kenion de Quartelá, três milhões de reais. Aí tem aqui projetos de manejo flora, fauna, mais onze milhões de reais. Caminhos do mar, cinco milhões.

Conservação e Recuperação de Recomposição de fundos de vales, matas ciliares: sete milhões de reais.

Programas de combate aos incêndios florestais do Paraná: dez milhões de Reais.

E aí mais uma série de Programas de elaboração de manejo de solo, saneamento ambiental, cento e doze milhões de reais, para lixões, erosões.

Quero crer aqui que são Programas que possam ser melhor detalhados. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados seguramente esses duzentos e cinquenta milhões de dólares podiam ser muito melhor aplicados, se ao invés de se fazer paisagismo, recuperação de área que na verdade devam ser frutos da atividade das próprias secretarias hoje, sem a necessidade de se contrair um empréstimo de duzentos e cinquenta milhões de dólares, Deputado Zuk.

Quero dizer ao Sr. Presidente, aos Senhores Deputados, que eu como Deputado Estadual nunca imaginei que esta Casa pudesse aprovar sem discutir, sem saber o quê, votando um projeto como esse, desse Saneamento Ambiental; é na verdade uma vergonha para esta Casa se votar isso, sem discutir.

Por mais que um Parlamentar apoie um Governo, ele tem que saber o que está votando e infelizmente esta Casa está votando no escuro, porque só se você for mágico ou ler muito atentamente este Programa,

fazer um cotejamento dos números para saber aonde vai ser aplicado esse empréstimo de duzentos e cinquenta milhões, porque é simplesmente um slogan que está lançado pelo Governo e esta Casa está dando um cheque em branco para que o Governo do Estado possa dispor desses recursos.

Por isso, eu queria solicitar a todos os Deputados Estaduais que aqui vieram representando suas comunidades, principalmente os Deputados do interior do Paraná, que sabem as demandas que temos para apoiar a agricultura, para a construção de estradas, para a execução de microbacias de readequação de estradas, de apoio, de financiamento à agricultura e fundamentalmente, da melhoria da qualidade de vida do povo na cidade, dos programas de geração de empregos que devem ser realizados.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, independente dos partidos a que pertencem, peço a todos que votem contra esta autorização até que o Governo do Estado venha a esta Casa e preste os esclarecimentos e debata sobre a necessidade da contratação desse empréstimo de 250 milhões de dólares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto sem prejuízo das Emendas. **APROVADO.**

O Sr. Emerson Nerone - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação do Projeto. **Aprovado.**

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (Pela Ordem)

Só queria que a Mesa registrasse com satisfação os votos dos Deputados do PT, do Deputado Edson Lino e Caíto Quintana, além dos Deputados do PT, que com consciência disseram não a este projeto, que não é seguramente um projeto responsável.

O Sr. Emerson Nerone - Apenas gostaria de pedir que a Mesa anotasse o voto contrário do Deputado Romanelli também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação a Emenda da C.C.J. Parecer favorável.

O Sr. Caíto Quintana - Fazer um apelo ao Sr. Presidente.

Deputado Algaci Túlio, o forte do empréstimo do Governo neste Estado, é o "Paraná Urbano". Foi Aprovado. E o "Paraná 12 Meses" foi aprovado.

Vamos experimentar nessa, não comprometendo o ICM do Paraná, para o Sr. perceber que o empréstimo sai da mesma forma,

ficando o ICMS liberado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam a Emenda com parecer favorável. **Aprovada.**

O Sr. Emerson Nerone (Pela Ordem) - Já que o encaminhamento foi atropelado, apenas gostaria de lembrar que nesta Casa, um Presidente do BANESTADO, ex-Presidente do BANESTADO ou quase ex-Presidente do BANESTADO disse que o "Panela Cheia" tinha se encerrado, tinha sido extinto, porque tinha dado a nível de subsídio, 52 milhões de reais e 4 anos de funcionamento, atendendo 55 mil famílias, 55 mil empréstimos, que atenderam muito mais do que 55 mil famílias.

Constatando este fato, Sr. Presidente, é desculpa do Presidente do BANESTADO e do Governo Estadual de acabar com o Programa da espécie do "Panela Cheia". Lamentamos a aprovação desse projeto, um projeto de empréstimo de 5 vezes, que seria 20 anos de Panela Cheia, com subsídio pleno do Governo passado. Lamentavelmente a opção e as prioridades do Governo se constata nesse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação.

Emenda da C.C.J.. **Aprovada.**

O Sr. Caio Quintana - Sr. Presidente, queremos que V.Exa. diga o número, porque conseguimos caminhar um pouco mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Claudio Romanelli, com o parecer contrário. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 436/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/95 que Transforma, no Quadro Próprio de Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP-100, Classe "C", Nível de Vencimento 3, 8.700 Cargos do mesmo Grupo, Classe "D", nível de vencimento 4. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 436/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo transformar, no Quadro Próprio do Magistério, 10.000 cargos do Grupo Ocupacional Professor MPP-100, Classe "C", nível de vencimento 3, em 8.700 cargos do mesmo grupo, classe "D", nível de vencimento 4.

Tendo recebido Emenda de Plenário, esta Comissão de Constituição e Justiça foi chamada a opinar e dá o seu parecer contrário à emenda, tendo em vista que o concurso público proposto já está sendo realizado, para provimento de cargos do Quadro Próprio do Magistério.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoiamto: Carlos Simões, Nelson Tureck, Rossoni, Luiz Cláudio Romanelli, Elio Rusch, Toti Colaço, José Tavares, Antonio Anibelli e Walmor Trentini.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, nós entendemos que esse Projeto de Lei do Governo como está ele é ilegal porque fere a Lei de Diretrizes e Bases da educação que no seu artigo 39 diz o seguinte: "Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores especialistas de ensino de 1° e 2° grau, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento, ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem".

Ora, o projeto do Governo fere a lei maior, Lei Federal de 71, porque na verdade vai acabar contratando professores que hoje são celetistas ganhando 301 reais depois de fazerem concurso para ganhar 237 reais. O Governo simplesmente transforma cargos PC-3, explicando melhor, cargos PC-3 são aqueles preenchidos para professores com habilitação curta, licenciatura curta. Então os professores com licenciatura curta entram no Estado via PC-3 ganhando 206 reais, os professores com licenciatura curta, mais um ano de especialização, entram no PD-4, que ele está oriando 237 reais, e os professores que têm licenciatura plena deveriam ganhar PE-5, 301 reais.

O que o Governo quer fazer independente da qualificação do professor é com que todos aqueles aprovados no concurso entrem recebendo 237 reais no nível PD-4. O que acontece? Isso gera um transtorno, isso vai fazer com que não sejam preenchidas as vagas, mais uma vez, os professores vão fazer concurso, mesmo que passem não vão se cadastrar porque estão ganhando hoje como CLT 301 reais, mais 16% descanso semanal, o que dá quase 350 reais, e vão voltar a ganhar, depois de trabalhar muito tempo no Estado 237 reais. O que nós estamos fazendo com a nossa emenda é simplesmente adequar o projeto do Governo a uma legislação maior, que é Lei Federal.

Estamos colocando na nossa Emenda que o professor concursado vai entrar recebendo pela maior habilitação.

Então, aquele professor celetista hoje que fizer concurso e tiver licenciatura plena, vai entrar para o Estado ganhando 301 reais, o que tiver licenciatura curta vai entrar com o PC-3, e o que tiver licenciatura curta mais especialização vai entrar com PD-4, ganhando 237 reais. Isso é uma reivindicação histórica da APP-Sindicato a abertura de vagas reais e pagamento pela maior habilitação.

É por isso que peço aos Deputados desse plenário que votem a favor dos professores; não trará nenhum prejuízo ao Estado, porque o Estado quer dar um estágio probatório, ele quer fazer só depois de dois anos o Professor que tem licenciatura plena possa pedir para ganhar no nível PE-5, 301 reais.

Acontece que há possibilidade inclusive de esses professores entrarem com uma ação na justiça e acabarem ganhando, inclusive desmoralizando o Governo. Por isso, nós rogamos aos Deputados que apoiem a nossa emenda, não tem cabimento o que coloca a Comissão de Justiça dizendo que a emenda é ilegal porque o concurso já está sendo realizado; o concurso sim é que é ilegal dessa forma porque está ferindo uma lei maior, que é uma lei Federal, a Lei de Diretrizes e Bases de 71. Por isso, nós achamos que a nossa emenda é perfeitamente legal e ela dá legalidade inclusive ao Projeto do Governo, aprovemos portanto a emenda e logo depois aprovaremos o projeto.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, acredito que os nobres Parlamentares ouviram atentamente as colocações feitas pelo autor da emenda, Péricles, que vai a votação. E fico aqui olhando as posições que devemos ter.

Na verdade voltaremos, Deputado Nelson Garcia no estágio probatório, acaba-se fazendo um concurso aonde o professor concursado passa no concurso mas fica dois anos recebendo menos do que recebia. Não vamos solucionar o problema do ensino no Paraná porque o professor premido por um salário de dificuldade não vai abrir mão deste salário maior para fazer um concurso e ganhar menos. Então esta emenda é saneadora e eu gostaria que os Srs. Parlamentares votassem a favor de todos nós fazermos discurso aqui em favor da educação; isso não altera a despesa.

E para que isso não vire só discussão, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de requerer à Mesa, se possível moralmente, de que nós procedêssemos uma votação nominal a esta matéria para podermos garantir a votação desta emenda, que é uma vontade e uma necessidade de um professor, do magistério do estado do Pa-

raná e não aumenta a despesa para o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação à Emenda que tem parecer contrário. Em votação o Projeto sempre visa da apreciação da Emenda. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estive lendo o parecer dado pelo Deputado Nelson Justus, no qual ele diz que tendo recebido a emenda do Plenário, esta Comissão de Constituição e Justiça foi chamada a opinar e dar o seu parecer contrário à emenda. Observem, Srs., a razão de que ela dá contrária à emenda, tendo em vista, que o concurso público proposto já está sendo realizado para provimento de cargos e quadro próprio do magistério.

Srs. Deputados, quando vou analisar uma emenda, analiso tendo como parâmetro a Constituição do Nosso Estado e do nosso País e tendo como parâmetro as leis superiores hierarquicamente. E não analisando se o fato está se dando ou não. E mais se este fato estiver ocorrendo, está ilegal, é concurso, porque não tem a lei monotorizando que se faça o concurso. Portanto é um parecer incompleto, um parecer que não diz absolutamente nada na questão da ilegalidade. Neste sentido, se nós quisermos solucionar o problema da educação no nosso Estado, temos que aprovar a emenda, tanto que este parecer não é um parecer incongruente, um parecer que não cita uma artigo sequer da Constituição que está sendo ferido e não cita uma lei que esteja sendo ferida, até porque não está ferindo nenhuma lei de artigo constitucional.

E mais, Srs. Deputados, professor, ganhando trezentos e cinquenta reais, vou fazer concurso para ganhar duzentos e trinta e seis? O que que é isso? É fazer concurso para não preencher vaga. Ou ganha o mesmo salário ou vai continuar faltando professores na rede pública. Está muito claro.

E esse projeto não é um projeto que analisa nem mérito, nem a constitucionalidade; está totalmente incompleto.

Portanto, nada como votar favorável à emenda.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar)

Queria rogar mais uma vez aos Deputados, particularmente, aos Deputados que dão sustentação ao Governo para refletirem com profundidade sobre esta emenda.

Acho que é uma forma de corrigirmos graves distorções que vêm acontecendo no Paraná ao longo do tempo. Apesar dos sucessivos governos realizarem concursos públicos, nunca as vagas são preenchidas, justamente por este fato, o professor ce-

letista ganha trezentos e cinquenta reais, e quando ele passa num concurso, com grande competição, que ele justamente teria que ganhar mais, passa a ganhar menos. Veja bem, cai de trezentos e cinquenta para duzentos e trinta e sete reais e fica ganhando ainda durante dois anos, mesmo que tenha maior habilitação, habilitação plena.

Então, qual a consequência deste fato? É que, apesar dos Governos quererem acabar com a CLT, nunca acabam, porque vai chegar no mês de fevereiro e não vai ter professor para dar aula. Não só porque aqueles que fizeram concurso não vão se cadastrar, como já aconteceu no ano passado, porque ganham muito pouco. E o Governo vai ter que contratar o professor da CLT, mais uma vez repetindo o que já aconteceu no ano passado.

Pois bem, se votarmos a favor na nossa emenda, vamos não só revestir de legalidade plena o projeto do governo, porque vamos adaptar esse projeto à lei maior que é a LDB de 71 que diz que Professor deve receber pela maior qualificação, e vamos trazer um benefício aos professores, sem prejuízo do Governo que está fazendo uma reforma administrativa na medida em que hoje são 23.000 professores contratados em regime de CLT, e um número bem menor passará a dar aula, através do concurso, pelo aumento da produtividade, não vai ter prejuízo nenhum, e nós estaremos mostrando uma posição do Parlamento do Paraná a favor dos professores do nosso Estado.

Tenho certeza que o Secretário da Educação e o Governador Jaime Lerner serão sensíveis a este apelo que faz, inclusive a Bancada que lhe dá sustentação, nesse Plenário.

Faço um apelo, mais uma vez, especialmente aos Deputados que dão sustentação ao Governo, para votar a favor dessa Emenda em benefício dos professores do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, gostaria de me somar aos companheiros da Oposição e dizer que os professores do Paraná estão cansados de serem traídos. E voto junto ao pedido do Sindicato, ao pedido dos professores.

O professor que nos educou e educa os nossos filhos, o professor é o segmento da nossa família. Enquanto estamos fazendo política, enquanto estamos trabalhando, enquanto os pais de família estão trabalhando, o professor está cuidando de nossos filhos, e às vezes está cuidando melhor do que nós.

Então, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado que voto favorável aos professores do Paraná. É uma questão pes-

soal, acho que os professores têm que parar de ser enganados, neste Paraná. O professor só serve para fazer eleição e depois é abandonado e esquecido.

Voto favorável aos professores e aos companheiros da Oposição.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda com parecer contrário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente. Primeiro para justificar que não é inconstitucional, Deputado, porque a lei pode retroagir, para beneficiar, desde que não fira direitos adquiridos. E essa Lei, mesmo existente, poderia retroagir, beneficiando a categoria, porque não fere direitos adquiridos.

Mas gostaria que a Mesa nos desse a solução a respeito da questão de ordem anterior, da solicitação da votação nominal.

Gostaria que a mesa deferisse votação nominal à Emenda do Deputado Péricles e outros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tenho nenhum requerimento aqui solicitando a Votação Nominal.

Em Votação, a Emenda, com Parecer Contrário.

Senhores Deputados que aprovam o Parecer, conservem-se como estão. Aprovado.

Rejeitada a Emenda.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados, que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.

Vinte e oito Srs. Deputados rejeitam.

Senhores que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados.

ITEM 6

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/95, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, que institui no Calendário de Eventos do Paraná, o Dia do Rio, a ser comemorado em 24 de novembro. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.E. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 7

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que adota tabela única de vencimentos dos servidores e serventários dos quadros de pessoal do Poder Judiciário. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Acabamos de votar o Projeto nº 480/95, de autoria do Tribunal de Justiça, que adota tabela única de vencimento dos serventuários do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

E estamos votando, de autoria do Ministério Público, que institui o quadro de Plano de Carreira aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Acho que nada mais justo do que o quadro dos serventuários de Justiça, até porque, sob hipótese alguma se faz justiça quando uma pessoa após prestar o seu trabalho contribuir com a sociedade vai para a aposentadoria e vá ter uma redução de padrão de vida exatamente quando a aposentadoria seria para que a pessoa tivesse dignificação pelo período que trabalhou.

Então votamos favorável na 1.ª, na 2.ª nossa bancada como um todo, votaremos favorável à Mensagem encaminhada pelo Ministério Público, que conquistou a sua autonomia para propor os seus salários, o seu quadro, pela Constituição.

Mas gostaríamos de chamar a atenção nesse dia que encerra esse ano, e a Assembléia está votando todas as matérias vindas do Executivo e do Judiciário, com melhoria salarial dos dois Poderes, com formação de quadros dos dois Poderes, lembrarmos também dos funcionários deste Poder.

Assembléia Legislativa, integrantes da Justiça que aqui estão, vejo aqui pessoas que trabalharam e trabalham para o assessoramento deste Poder, sabem que os Vencimentos básicos do Legislativo estão baixos.

Queremos, portanto, respeitando a Mesa Executiva, para não fazer aqui apenas a apologia pessoal de apresentação de um projeto de resolução que é competência da Mesa, mas no instante que declaramos o nosso voto favorável, queremos encaminhar à Mesa, a título de sugestão, um projeto de Resolução concedendo à Executiva da Assembléia Legislativa o direito de implantação da gratificação aos servidores deste Poder, como também de dedicação exclusiva aos funcionários em comissão.

Encaminho à Mesa, como sugestão, portanto, para apreciação da Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 8

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/95, de autoria do Ministério Público do Paraná, que institui o Quadro e o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. Com PARECERES

FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 9

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 056/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito nos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, em Alto Piquiri, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Paulistânia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Há Emenda de Plenário.

A Mesa deixa de receber porque é manifestamente inconstitucional. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/95, de autoria do Deputado Nereu Moura, onde fica criado o Município de Porto Barreiro, com território a ser desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 25.09.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 374/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo a criação do município de Porto Barreiro, com território a ser desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul-PR.

Uma vez que houve o plebiscito, sendo a resposta favorável, onde a população se manifestou pela criação de Porto Barreiro, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SILVESTRI - Relator

#### ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 080/95, onde fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 305.000,00 (Trezentos e cinco mil reais), conforme anexo I, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 20.11.95- Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 486/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 080/95, tem



por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), ao vigente Orçamento próprio do Departamento Estadual de Construção e Obras de Manutenção, visando atender despesas com reformas no prédio cedido pela SEFA/CRE.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONIR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 486/95

P A R E C E R:

O Plano de Lei em epígrafe, originário do Poder Executivo através da Mensagem n° 080/95, visa autorização de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado sob o valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais) para atender despesas com reformas de prédio cedido pela SEFA/CRF a ser ocupado pela SEOP/DECOM e locação de 15 (quinze) veículos.

Considerando que a presente proposição vem procedida de exposição justificativa (Mensagem n° 080/95), embora demasiadamente suscita, e indica os recursos para a atendimento das despesas já referidas, conforme dispõe art. 43, da Lei n° 4.320/64, e ainda demonstra a pretensão de remanejamento de recursos sem portanto, aumentar os gastos públicos, manifestamo-nos favoravelmente à tramitação do projeto em análise.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Só

gostaria de me inscrever em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente, temos que ouvi-lo amanhã, porque logo mais temos a Sessão do Zumbi, requerida pelo Deputado Orlando Pessuti.

Sobre a mesa requerimento n° 3630, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 430, 432, 433/95.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 374 e 486/95.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 503/95.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 30, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 486/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 503/95.
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 485/95.

Levanta-se a sessão.